



Processo nº007

Fls: 109

Rub.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023

MENOR PRECO GLOBAL

<u>OBJETO</u>: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO EM CONTÊINERES, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIAR E COMERCIAL, DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DATA DA ABERTURA: 10 DE MARÇO DE 2023, ÀS 08:00 HORAS

PREÂMBULO

- 1. DA REGÊNCIA LEGAL
- 2. DO OBJETO
- 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES
- 5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES
- 6. DA PROPOSTA
- 7. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 8. DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO
- 9. DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO
- 10. DA CONTRATAÇÃO
- 11. DO PAGAMENTO
- 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS:

- Anexo I Termo de Referência Especificações;
- Anexo II Formulário de Proposta;
- Anexo III Declaração de Habilitação;
- Anexo IV Declaração de Fatos Supervenientes Impeditivos;
- Anexo V Declaração nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- Anexo VI Minuta do Contrato:
- Anexo VII Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.



Dois imaos do **Buriti**

Processo nº007

Fls:

Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023 EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS, através do Departamento de Compras e Licitações, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, designado pela Portaria nº 002/2023, de 03 de janeiro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "menor preço".

A Abertura da sessão inicial do processo licitatório acontecerá às 08:00 horas do dia 10 de março de 2023 na sala de reuniões do Paço Municipal - Avenida Reginaldo Lemes da Silva nº 01, Bairro Centro CEP 79.215-000, Dois Irmãos Do Buriti - MS.

1. DA REGÊNCIA LEGAL

- 1.1. Lei Federal nº 8.666/93 e alterações:
- 1.2. Lei Federal nº 10.520/02;
- 1.3. Lei Federal nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor;
- 1.4. Lei Complementar nº 123/06;
- 1.5. Decreto Municipal nº 183/2009;
- 1.6. Resoluções do TCE/MS:
- 1.7. Demais disposições contidas neste Edital.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de armazenamento em contêineres, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliar e comercial, do município de Dois Irmãos Do Buriti/MS, pelo período de 12 (doze) meses, conforme quantitativo e demais especificações contidas no Termo Referencial - Anexo I – do Edital.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão concorrer neste Pregão, as empresas que:
 - 3.1.1. Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
 - 3.1.2. Atendam aos requisitos e exigências constantes deste Edital e seus anexos:
- 3.2. Não poderão concorrer neste Pregão:
 - 3.2.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

Empresa que esteja suspensa de participar de licitação realizada pelo Município de Dois Irmãos do Buriti-MS.

- 3.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição:
- 3.2.3. Direta ou indiretamente, empresa ou firma mercantil individual constituída por servidor ou dirigente de órgão da entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do art. 9°, Inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93

4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- 4.1. O Credenciamento far-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 4.1.1. No caso de diretor, sócio ou proprietário da empresa licitante que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação: de ato constitutivo, estatuto ou contrato social, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso (cópia





Processo nº007
Fls: ///

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

autenticada na forma do subitem 8.4), caso em que a pregoeira poderá autenticar a partir do original, no momento do credenciamento.

- **4.1.2. Tratando-se de procurador** deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida em cartório, com poderes expressos para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da licitante, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem acima, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 4.2. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.
- **4.3.** No momento do credenciamento deverá ser apresentada Declaração de Habilitação conforme Anexo III, e de acordo com o inciso VII, artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos da habilitação, podendo o credenciado ou representante preencher a declaração no momento da abertura da sessão.
- **4.4.** A empresa licitante somente poderá se pronunciar através de seu representante credenciado e ficará obrigada pelas declarações e manifestações do mesmo.
- 4.5. O representante legal da licitante que não se credenciar perante a Pregoeira e Equipe de Apoio ou cujo documento de credenciamento esteja irregular ficará impedido de participar das fases de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes Proposta ou Documentação relativa a este Pregão, caso em que será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- **4.6.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº 123/06 e devido à necessidade de identificação pela Comissão Permanente de Licitação, deverão credenciar-se e declararem tal condição na forma do Anexo VIII deste edital.
 - **4.6.1.** O descumprimento do disposto acima, sem prejuízo das sanções cabíveis, caracterizará renúncia expressa e consciente, desobrigando a Pregoeira, dos beneficios da Lei Complementar nº 123/06 aplicáveis ao presente certame;
- **4.7.** A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.
- **4.8.** Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando à fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1. Até o dia, horário e local fixado no preâmbulo deste Edital, a licitante deverá apresentar à Equipe de Apoio, juntamente com a Declaração de Habilitação (conforme Anexo II), a proposta escrita e a documentação, em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social do licitante, se os mesmos não forem timbrados, os seguintes dizeres:





Processo nº007

Fls: //

Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2023 ENVELOPE 01 PROPOSTA RAZÃO SOCIAL E CNPJ

MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2023 ENVELOPE 02 DOCUMENTAÇÃO RAZÃO SOCIAL E CNPJ

6. DA PROPOSTA

- **6.1.** As propostas comerciais deverão ser preenchidas em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do Anexo II, deste edital e deverão conter:
 - 6.1.1. A proposta deverá ser entregue impressa em papel timbrado da empresa devendo conter (Razão Social, número do CNPJ, endereço, e meios de comunicação à distância da licitante) e em arquivo disponibilizado pela Comissão de Licitação do Município de Dois Irmãos do Buriti MS, para preenchimento das propostas em mídia eletrônica (pen-drive);
 - **6.1.2.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;
 - **6.1.3.** O licitante deverá indicar o preço unitário e preço total, conforme Anexo II deste Edital, e ao final com a indicação do total geral da proposta, em algarismo ou por extenso, sob pena da desclassificação da proposta.
 - **6.1.4.** Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos, com, no máximo, duas casas decimais, pós vírgula.
 - **6.1.5.** Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, compreendendo os impostos, taxas, fretes, e as despesas decorrentes do fornecimento, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
 - **6.1.6.** Deverá constar o Nome, CNPJ, inscrição estadual e endereço completo do responsável pela garantia, caso seja prestada por terceiros, que, quando exigido no Anexo I, deverá ser obrigatoriamente, ser prestada no local indicado.
- **6.2.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital.
- **6.3.** É de inteira responsabilidade da proponente o preço e demais condições apresentadas.
- **6.4.** Caso o prazo estabelecido no subitem 6.1.2 não esteja indicado na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos pela licitante para efeito de julgamento.





Processo nº007

Fls: 1/3
Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- **6.5.** Não se admitirá proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, ou que apresentar preços unitários inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescido dos respectivos encargos.
- **6.6.** As Propostas de Preços deverão contemplar a totalidade dos quantitativos fixados para cada item constante do Anexo I deste edital.
- 6.7. O critério de julgamento será o menor valor por item.

7. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. No dia, hora e local designado no preâmbulo deste Edital, será aberta sessão pública para processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame e recebimento dos envelopes com propostas escritas e documentação de habilitação.
- **7.2.** Após o credenciamento, a Pregoeira procederá à abertura do Envelope nº 01, contendo a Proposta de Preços Escritas ordenando-as em ordem crescente de preços e, em seguida, fará uma análise prévia dos preços, observando a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao preço total, procedendo-se às correções de eventuais erros, tomando como corretos e adotando como critério de aceitabilidade o menor preço **"Unitário"**.
- **7.3.** Durante o julgamento e análise das propostas, será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, somente aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.
- 7.4. Após proceder conforme descrito no subitem anterior, a Pregoeira selecionará as propostas para fase de lances, observando os seguintes critérios:
- a) Classificará a licitante autora da proposta de menor preço e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço ofertado, disposto em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.
- b) Havendo empate entre 02 (duas) ou mais proposta selecionada para a fase de lances realizarse - á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.
 - **7.4.1.** No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 7.5. A Pregoeira convocará as licitantes selecionadas conforme item 7.4 para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, **iniciando-se** pelo autor da proposta de **maior preço**, seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor.
- **7.6.** A Pregoeira, antes da etapa de lances, estabelecerá o intervalo mínimo entre os lances, para agilizar a sessão.
- 7.7. Na fase de lances verbais será permitido o uso de celulares pelos representantes para eventuais consultas telefônicas, os quais disporão até o máximo de 03 (três) minutos, por consulta.
- **7.8.** Em observância à Lei Complementar Federal nº 123/2006, na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
 - **7.8.1.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam superior até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.
- 7.9. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- **7.9.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.



Dois irmãos do do Buriti

Processo nº007

Fls: ////
Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- **7.9.2.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 7.9.1 deste Edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.8.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (inciso II do art. 45 da Lei Complementar Federal nº123/2006).
- **7.9.3.** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 7.9 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (§ 1º do art. 45 da Lei Complementar Federal nº123/2006).
- 7.9.4. O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (§ 2° do art. 45 da Lei Complementar Federal n°123/2006).
- 7.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.
- 7.12. Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

8. DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO

8.1. Para habilitação neste Pregão, ultrapassada a fase de propostas, a licitante detentora da melhor oferta, deverá comprovar mediante apresentação no ENVELOPE n.º 02, os documentos a seguir relacionados, entregues de forma ordenada e numerados, de preferência, na seguinte ordem, de forma a permitir a maior rapidez na conferência e exame correspondentes:

8.1.1. Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações ou a respectiva consolidação, se houverem devidamente registrado na junta comercial, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; ou ainda
- c) Inscrição do ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício.
- d) No caso de Sociedades que envolvem outra empresa jurídica como sócia junta-se para a habilitação o CNPJ da respectiva empresa.
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

Obs.: os documentos elencados no subitem acima poderão ser dispensados caso tenham sido apresentados na fase de credenciamento.

8.1.2. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

لمسيك





Processo nº007
Fls: //5
Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Certidão Negativa Conjunta abrangendo as Contribuições Sociais INSS, bem como Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pelo Ministério da Fazenda (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil), conforme Portaria MF nº 358 de 05.09.2014, alterada pela Portaria MF nº 443 de 17.10.2014;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Estado) emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (Certidão Negativa de Débitos Gerais, compreendendo todos os tributos de competência do Município) emitida pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei.
- f) Certificado de Regularidade de Situação CRS, perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço/FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), na forma da Lei Federal nº 12.440 de 07.07.2011.
- h) Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)
- 8.1.3. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
- a) Alvará de Localização e Funcionamento em nome da empresa licitante;
- b) Atestado de Capacidade Técnica compatível com o objeto licitado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove de maneira satisfatória, a experiência na execução dos serviços ora licitados, devidamente especificados no Termo de Referência deste edital, ou contrato com de prestação de serviço vigente objeto desse certame.
- c) Prova de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) da sede da proponente, referente à pessoa jurídica, bem como, apresentar documentação de seus responsáveis técnicos, que também deverão estar devidamente com registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).
- d) Licenças de operação expedida pelo órgão competente, com validade prevista em lei, ou declaração de atividade isenta da referida licença ambiental para serviços contratados conforme objeto:
 - Licença ambiental ou Declaração de Atividade Isenta (emitida pelo órgão responsável) de Transporte para disposição final de resíduos.
 - Licença ambiental ou Declaração de Atividade Isenta (emitida pelo orgão responsável) para Disposição final Operação do Aterro Sanitário

8.1.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Demais Documentos:

2





Processo nº007

Fls: //6

Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- **8.1.5.** Declaração, observadas penalidades cabíveis, de superveniência de fatos impeditivos da habilitação, conforme Anexo IV deste Edital.
- **8.1.6.** Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (na forma do Anexo V deste Edital).
- **8.2.** Os documentos solicitados que por sua natureza devam ser expedidos por órgão público, deverão estar no prazo de validade neles previstos, e todos os demais que não conste expressamente seu prazo de validade, considerar-se-ão válidos por 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.
- **8.3.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
 - a) em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo;
 - b) se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - c) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **8.4.** Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente ou pela Pregoeira, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
 - **8.4.1.** Os documentos de habilitação poderão ser autenticados pela Pregoeira ou pela Equipe de Apoio a partir do original das 07h às 12h do último dia útil que anteceder a data marcada para abertura dos envelopes Proposta e Documentação;
 - 8.4.2. Serão aceitas somente cópias legíveis;
 - 8.4.3. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
 - **8.4.4.** A Pregoeira reservar-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- **8.5.** Com relação à documentação de regularidade fiscal, sendo a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, a mesma deverá apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, mesmo que apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006).
 - **8.5.1.** Sendo a proponente vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte, e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, com termo inicial a partir da publicação do aviso de resultado, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, através da Pregoeira, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§1º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006).
 - **8.5.2.** A não regularização da documentação no prazo concedido implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (§2º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006).





Processo nº007

Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- **8.6.** Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação das licitantes, mediante confronto com as condições deste Edital, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem as exigências aqui estabelecidas.
- 8.7. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, a Pregoeira poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos escoimados das causas referidas no ato inabilitatório.
 - 8.7.1. Serão exigidos para reapresentação apenas os documentos desqualificados e não aceitos;
 - **8.7.2.** As licitantes poderão abdicar do prazo estabelecido, de comum acordo.

9. DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO

- 9.1. Qualquer interessado poderá, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão de processamento do Pregão, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital. sob pena de decadência de fazê-lo administrativamente.
 - 9.1.1. A petição deverá ser formulada por escrito, podendo ser protocolada diretamente na sede da administração ou enviada por email no endereço eletrônico licitação doisirmaosdoburiti.ms.gov.br, contendo os documentos necessários para a perfeita identificação da impugnante, bem como de documentos onde seja possível a verificação da capacidade de representação do signatário, sob pena de não conhecimento.
- 9.2. A petição deverá ser dirigida à Pregoeira que deverá decidir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou conforme a complexidade poderá submetê-la à Procuradoria Jurídica para análise e parecer;
 - 9.2.1. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, ou não sendo possível a decisão administrativa pertinente antes da data fixada para a realização deste Pregão. será designada nova data para realização do certame, com a devida publicidade, inclusive das alterações, se houverem.
 - 9.2.2. Não sendo possível a decisão administrativa pertinente antes da data fixada para a realização deste Pregão, deverá o impugnante participar normalmente do certame até que haja o mérito relativo a impugnação.
- 9.3. A manifestação da intenção de interpor recurso pleiteada pela licitante deverá ser feita à Pregoeira imediatamente após a declaração do(s) vencedor(es).
- 9.4. A licitante na sua manifestação explicitará, necessariamente, a motivação consistente que será liminarmente avaliada pela Pregoeira, a qual decidirá pela sua aceitação ou não.
- 9.5. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso pela licitante, implicará na decadência desse direito, podendo a Pregoeira adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s).
- 9.6. Admitido o recurso, a licitante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões recursais escritas, dirigidas à Pregoeira, que deverá ser protocolizada no Protocolo Geral do Município contendo os documentos necessários para a perfeita identificação da recorrente, e estará disponível às demais licitantes classificadas, para impugná-lo ou não, apresentando suas contrarrazões em até 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata em cartório dos autos do Pregão.
- 9.7. As licitantes que desejarem impugnar o(s) recurso(s) ficarão intimadas a fazê-lo desde a reunião de realização deste Pregão.

~>



do Buriti

Processo nº007
Fls: //8
Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- 9.8. Uma vez tempestivo, a Pregoeira receberá o recurso, declarando o seu efeito suspensivo. e encaminhará à Procuradoria Jurídica para análise e parecer, sendo a decisão proferida pela autoridade competente responsável pela homologação da licitação.
- 9.9. O provimento quanto ao mérito do recurso pela autoridade competente implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 9.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto do Pregão à licitante vencedora, e em consequência homologar o procedimento licitatório.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1 Atendidas as especificações do edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a Pregoeira declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) item(s) ADJUDICANDO-O(s).
- 10.2 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.
- **10.3** A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.
- 10.4 Quando houver recurso e a Pregoeira mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da Pregoeira

11 DO CADASTRO DAS LICITANTES VENCEDORAS NO E-CJUR DO TCE/MS

- 11.1 Assim que for declarada vencedora do certame, para o fim de atender a exigência do inciso v. do art. 15 e art. 17 da resolução tce/ms nº 65/2017 (alterada pela resolução tce/ms nº 149, de 28 de julho de 2021), a licitante vencedora deverá, até a data de assinatura do contrato, promover seu cadastro e de seus respectivos sócios no sistema e-cjur do tce/ms, no seguinte endereço eletrônico: https://ww4.tce.ms.gov.br/ecjur/login/login/returnurl=%2f#/
- 11.2 O passo-a-passo para o cadastramento de empresas pode ser acessado no Capítulo 10 do Manual e-CJUR disponível no Portal do Jurisdicionado no menu "Manuais", no seguinte endereço: http://www.tce.ms.gov.br/portaljurisdicionado/conteudos/lista/4/9

12 DA CONTRATAÇÃO

- 12.2 Será firmado contrato com a licitante vencedora com base nos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.3 O prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, será de até 05 (cinco) dias, após regular convocação do Município de Dois Irmãos do Buriti MS.
- 12.4 Na hipótese de a licitante convocada não assinar o contrato no prazo mencionado no subitem anterior, o Município de Dois Irmãos do Buriti MS convocará a licitante remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

13 DO PAGAMENTO

13.2 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo a licitante informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do fornecimento, mediante a apresentação de notas fiscais acompanhadas obrigatoriamente das comprovações de regularidade fiscal junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, e comprovação







Processo nº007

Rub.: 19

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de regularidade junto ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

- 13.3 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 13.4 Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, o Departamento de Orçamento e Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.
- 13.5 Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 13.6 Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.
- 13.7 A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 13.8 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância pela prestadora do prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 13.9 Fica estabelecido o percentual de juros de 12% (doze por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

14 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.2 As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

9 FUNDO MUNICIPAL DE MEJO AMBIENTE

02 PODER EXECUTIVO

02 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL 02 07 02 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

17 Saneamento

17 512 Saneamento

17 512 Saneamento Básico Urbano

17 512 0002 IMPLEMENTAÇÃO E APOIO Á MANUTENÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

17 512 0002 2018 0000 MANUTENÇÃO DE GESTÃO MUNICIPAL DE

SANEAMENTO BÁSICO

Ficha 263 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.2 É facultada à pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria ser apresentado em sessão pública da licitação.
- 15.3 Fica assegurado ao Prefeito, no interesse da administração, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, observadas as disposições contidas no art. 49 da Lei nº. 8.666/93.
- 15.4 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.







Processo nº007

ls: 120

Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

15.5 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório.

15.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, salvo comunicação ao contrário.

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente.

15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e da exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública da licitação.

15.9 As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem o comprometimento dos princípios que regem a lei.

15.10 O ato de homologação do procedimento não confere o direito à contratação.

15.11 Os casos omissos serão resolvidos pela pregoeira com base na legislação vigente.

15.12 Os envelopes contendo a "documentação e propostas" eliminadas do certame ficarão a disposição dos licitantes pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis do encerramento da licitação, após este período serão destruídos.

15.13 As decisões da pregoeira serão consideradas definitivas somente após homologação do procedimento pelo Sr. Prefeito.

15.14 Informações ou esclarecimentos adicionais sobre a presente licitação poderão ser obtidos pelos interessados junto ao Departamento de Compras e Licitações localizado na Avenida Reginaldo Lemes da Silva, n.º 01, Centro, Dois Irmãos do Buriti – MS, ou através do email: licitação@doisirmaosdoburiti.ms.gov.br, até o segundo dia que anteceder a data de recebimento dos envelopes I e II no horário de 7h00min às 12h00min.

15.15 Fica eleito o foro da cidade de Dois Irmãos do Buriti, Estado de Mato Grosso do Sul, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 27 de fevereiro de 2023.

MOISES PEREIRA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração





Processo nº007
Fls: //

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO EM CONTÊINERES, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIAR E COMERCIAL, DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

2. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

O Município não dispõe de meios para promover o descarte ambientalmente adequado, conforme prevê a legislação, e não conta, em seus quadros, com categoria funcional para essa finalidade. Para realizar a gestão de forma ambientalmente adequada, será necessário o registro de presos de empresa especializada para realizar o armazenamento em contêineres, o transporte e o destino adequado desses resíduos.

Destaca – se também que o Ata de Registro de Preços 021/2021, celebrado junto a empresa ELITE MAX AMBIENTAL – CENTRAL NORTE PARANAENSE DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS LTDA – ME, que tem o mesmo objeto, terá sua vigência expirada na data de 04/08/2022, e não terá sua vigência prorrogada, sendo fundamental registro de preços junto a empresa especializada, visando à continuidade dos serviços públicos essenciais.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

O objeto compreende o armazenamento em contêineres, Transporte e Destinação Final de Resíduos Sólidos domiciliar e comercial, do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Armazenamento em contêineres, Transporte e Destinação Final de Resíduos Sólidos domiciliar e comercial, do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.	Tonelada	1.200

Estima-se a quantidade mensal de 100 (cem) toneladas de resíduos domiciliares a serem transportados e destinados em aterro sanitário devidamente licenciado, sendo que a previsão deriva da contratação anterior.

O transporte dos resíduos sólidos domiciliares até a área de transferência localizada no aterro municipal correrá por responsabilidade do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS, bem





Processo nº007
Fls: ///
Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

como o carregamento das caixas tipo "rollon-off" com utilização de pá carregadeira ou posterior construção de rampa de carregamento.

O transporte do local de transferência até o local de destino final será de responsabilidade da Contratada, através de veículos próprios.

Em todas retiradas de resíduo o caminhão deverá trazer uma caixa "rollon-off" a fim de substituir a caixa que será retirada, nunca deixando um número inferior a duas caixas na área de transferência.

A Contratada deverá realizar a coleta das caixas "rollon-off" a periodicidade de 02 (duas) vez na semana, preferencialmente às terças-feiras.

A Contratada deverá fornecer a seus funcionários todos os equipamentos e ferramentas, uniformes e equipamentos de proteção individuais e coletivos necessários para a perfeita execução dos serviços prestados a fim de preservar o meio ambiente e a saúde.

O aterro sanitário utilizado pela Contratada deverá estar devidamente licenciado pelos órgãos competentes.

A Contratada deverá enviar mensalmente ao Município de Dois Irmãos do Buriti/MS, os tickets de balança juntamente com a respectiva nota fiscal, para fins de pagamento.

O responsável pelo acompanhamento e pesagem dos resíduos coletados será servidor público municipal devidamente designado pelo chefe do executivo.

Aferida os tickets da balança e a nota fiscal, o Município de Dois Irmãos do Buriti/MS, providenciará o devido pagamento.

O serviço será medido pela quantidade de toneladas recebidas no local de destinação final comprovados pelos tickets da balança.

- 4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço;
- 5. ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: Item;
- 6. PREÇOS REFERENCIAIS PARA CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE:

Sob pena de desclassificação os valores deverão respeitar os seguintes preços máximos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	ARMAZENAMENTO EM CONTÊINERES, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIAR E COMERCIAL, DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS.	1.200	382,35	458.820,00
			VALOR TOTAL	458.820,00

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:





Processo nº007

Fls: 13

Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

As despesas decorrentes da entrega do objeto da presente licitação correrão a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, na seguinte dotação orçamentária:

9 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 02 PODER EXECUTIVO

02 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

020702 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

17 Saneamento

17512 Saneamento Básico Urbano

17 512 0002 IMPLEMENTAÇÃO E APOIO À MANUTENÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

17 512 0002 2018 0000 MANUTENÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FICHA: 1.500 - 477

8. DA SOLICITAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Todas os serviços deverão ser solicitados por meio de Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor Requisitante (oriundo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social).

9. DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo a licitante informar o número do banco, da agência e conta bancárias, ou através de banco credenciado. a critério da Administração no prazo de até 30 (trinta) dias da prestação dos serviços, mediante a apresentação de notas fiscais acompanhadas obrigatoriamente das comprovações de regularidade fiscal junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, ainda comprovação de regularidade junto ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da Contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido ressalvado os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a detentora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

- I. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;
 - II. Cancelamento do preço registrado;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 5 (cinco) anos.

As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

Por atraso injustificado na entrega do objeto:





Processo nº007
Fls: /J//
Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- I. Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - II. Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,
 - III. Cancelamento do preço registrado.

Por entrega total ou entrega irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- I. Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- II. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não entregue pela fornecedora;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 5 (cinco) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - Suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 5 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

Competirá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, na qualidade de usuária da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas.

A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.





Processo nº007
Fls: /25

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Dois Irmãos do Buriti, Estado do Mato Grosso do Sul.

11. DAS ALTERAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para a apresentação da proposta comercial, bem como, para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

12. DA APROVAÇÃO

Aprovo o presente termo de referência dando-lhe força de projeto básico para que possa produzir os desejados efeitos externos.

Dois Irmãos do Buriti – MS, 25 de janeiro de 2023.

FRANCISCO HERCULANO DA SILVA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social





Processo nº007

Fls: 126

Ruh: 141

ESTÁDO DE MATO GROSSO DO SUL

Valor Total:

ANEXO II - FORMULÁRIO (modelo) DE PROPOSTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO EM CONTÊINERES, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIAR E COMERCIAL, DO MUNICÍPIO DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	Valor	Valor
				Unitário	Total
1	Armazenamento em contêineres, Transporte e Destinação Final de Resíduos Sólidos domiciliar e comercial, do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.	Tonelada	1.200		

Cidade- UF, _	de	de 2023.		
Telefone:		E-mail:		
Banco:	AG	:CC:		
	——————————————————————————————————————	MBO COM CN	IPI/ME E ASSINATURA DO	
			PJ/MF E ASSINATURA DO	
	REF	PRESENTANT	E LEGAL DA EMPRESA	

A proposta de preços deverá ser solicitada através do e-mail: licitação@doisirmaosdoburiti.ms.gov.br. A proposta poderá também ser retirada junto à Comissão Permanente de Licitações, no Paço Municipal, sito a Avenida Reginaldo Lemes da Silva, nº 01, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS, no horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 07h às 12h.

O licitante deverá fornecer os dados da empresa para cadastro, com no mínimo: razão social, CNPJ, endereço completo, telefone para contato, e-mail oficial e dados bancários.





Processo nº007

Fls: 127

Rub.: 10

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Inciso	VII, art.	4° da	a Lei Federa	l nº 10 e PREC	, d	leclara, so 2, que cui	, situada ob as penas mpre plenar	(endereço da Lei, nos t da Lei, nos t mente os requ 2023, autoriz	ermos do uisitos da
	Por ser ex	pressa	a manifestaçã	ío da ve	rdade, fir	mo o pres	ente.		
		cio	lade	(estac		de		_ de 2023.	; ! !
						MF e assi	natura do		

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL



Processo nº007

Fls: 18

Rub.:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fatos que impeçam a nossa

empresa de participar de licitações públicas, e comprometemo-nos a informar a qualquer

	-MS,/		/	
				
				
	Assinatura do re	anuacautauta la	ral da ampuasa	
	Assinutura ao re	epresemanie ieg	zai aa empresa	
NO	OME:	<u></u>		

Nº DO CNPJ/MF DA EMPRESA





Processo nº007 Fls: Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO V

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

			, ins	scrito no	CNPJ/MI	sob o
n°, por ir	ntermédio	de seu	represe	entante le	gal o (a)	Sr (a)
n°e do CPF/MF 1	portador	(a)	da (Carteira	de Id	entidade
n' e do CPF/MF i	n°		 11 da ina	, DECLA	RA , para	fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei Fed Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999						
noturno, perigoso ou insalubre e não emp					io anos c	adamo
notatio, parigoso ou moundo.						
				_		
Ressalva: emprega menor, a partir o	de quatorz	e anos, n	a condiq	ção de apro	endiz ().	
- MS,	de			de		
Wi5,				uc .		
				· 		
Assi n atura do	o represent	tante leg	al da em	presa		
(Observação: em cas	o ofirmati	vo accin	olor o ro	ccalva anii	mal	



Dols irmãos A A A do Buriu

Processo nº007

Fls: /30

Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

O MUNICÍDIO DE DOIS IDMÃOS DO DUDITI. CND 1: 24616197000110 situado

na Av. Reginaldo Lemes da Silva, n° 01, Centro ato pelo Prefeito Municipal, Wlademir de Souza do RG n°. 001053159 SSP/MS e CPF n°. 830 Campo Grande, S/N, Centro, Dois Irmãos do através do Fundo Municipal de Meio Ambiento 30.572.898/0001-33° e a empresa sob o n°, com estabele cidade, do	, Dois Iri Volk, b 5.177.103 Buriti/MS e, gestor	mãos do rasileiro, 1-82, res S, dorava Franciso	Buriti/MS, empresário idente e do ante denom o Herculan	representado i o, casado, port omiciliado na inada Contrat o da Silva, C	neste tador Rua ante. NPJ:
sob o n , com estabele	cimento	na	ada Contra	tada ranvasar	_, na
neste ato nor hrs	navanic Isileiro r	uciioiiii vortador	iaua Cultua da carteira	de identidade	tino
neste ato por, bra RG nº, emitida pela SSP/, e	e do CP	F n o	na cartena na	ctuam o pres	sente
Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo	despacl	no de h	, pa omologação	o do processo	o de
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2023-PROCE	ESSO AD	MINIST	RATIVO N	N° 007/2023, e	e nos
termos da Lei Federal nº 8.666/93 em sua atual i	redação,	atendida	s as cláusul	as e condições	s que
se enunciam a seguir:					
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: 1.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE A TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE COMERCIAL, DO MUNICÍPIO DE DOIS IRM	E RESÍ	DUOS	SÓLIDOS		
 CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME D O objeto deste contrato será realizado por global. 				me de empre	itada
3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO: 3.1. Dá-se a este contrato o valor global de conforme tabela abaixo:	: R\$ (_),
ITEM DESCRIÇÃO	UND	QNT	VLR UNT	VLR TOTAL	

VALOR TOTAL - R\$

- **3.2.** A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, até 25% do valor do contrato.
- **3.3.** O preço proposto será considerado suficiente e completo, abrangendo os salários e todos os encargos (sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como demais encargos incidentes), os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, e para fiscais, etc.), a administração, o lucro, as despesas decorrentes de carregamento, descarregamento, fretes, transportes, ocorrendo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora da licitação, bem como qualquer outro encargo ou





Processo nº007
Fls: /3/

Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

despesa, ainda que aqui não especificada, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto da licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO:

- **4.1.** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo a licitante informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do fornecimento, mediante a apresentação de notas fiscais acompanhadas obrigatoriamente das comprovações de regularidade fiscal junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, e comprovação de regularidade junto ao FGTS e à Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT.
- **4.2.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- **4.3.** Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, o Departamento de Orçamento e Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.
- **4.4.** Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- **4.5.** Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.
- **4.6.** A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- **4.7.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância pela prestadora do prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- **4.8.** Fica estabelecido o percentual de juros de 12% (doze por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO:

5.1. O presente contrato tem duração de	() r	meses,	podendo	ser	prorrogado	а
critério da contratante, nos termos da Lei Federa	ıl nº 8.666/93.					

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS:

6.1. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Dois Irmãos do Buriti/MS, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n°8.666/93 e alterações.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO:

7.1. Cabe ao Contratante a seu critério exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de cumprimento do presente contrato, e, o Contratado declara aceitar,





Processo nº007

Fls: /32

Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

7.1.1. O Contratado permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- **8.1.** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas nesta Cláusula.
- **8.2.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do instrumento de contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa sobre a parcela inadimplida do contrato.
- **8.3.** De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a CONTRATADA se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- **8.4.** A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da CONTRATADA, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
- **8.5.** São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, da Lei nº 10.520 de 2002, dos Decretos Municipais nº 183 de 2009:
- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentação de documentação falsa;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
- **8.6.** As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.
- **8.7.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

Item	Descrição da Infração	Grau	Multa
1	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.		0,4% por dia
2	Recusar-se a executar as determinações feitas pela	4	1,6% por dia





Processo nº007

Fls: 133

Ruh:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Item	Descrição da Infração	Grau	Multa
	FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;		
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos dos bens adquiridos, por dia e por unidade de atendimento;		3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	5	3,2% por dia
5	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	6	4,0% por dia
6	Inexecução total do contrato;	10	10%
Para	os itens a seguir, deixar de:		
7	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	1	0,2% por dia
8	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	2	0,2% por dia
9	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	2	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	3	0,8% por dia

* Incide sobre a parte inadimplida.

- **8.8.** As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- **8.9.** Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.
- **8.10.** As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- **8.11.** As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.
- **8.12.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1. A rescisão do Contrato poderá ser:

I.determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;





Processo nº007

Fls: /34

Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- I. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
- II. judicial, nos termos da legislação.
 - a. O Contratado reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - b. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO

10.1. Fica o presente contrato, para todos os efeitos de Direitos vinculados ao Edital do Pregão Presencial nº. 003/2023.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11.1. Aos casos omissos neste instrumento, por ocasião da execução do objeto, será aplicável a Legislação pertinente à espécie, nos termos do inciso XII do Art. 55 da Lei nº. 8.666/93, em sua atual redação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

- **12.1.** O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos na legislação pertinente, para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações.
- **12.1.1.** Qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste Contrato deverá ser feita mediante Termo Aditivo, devidamente assinado pelos representantes legais das partes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. Dentro do prazo regulamentar, o Contratante providenciará a publicação em resumo do presente contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO:

14.1. Fica estabelecido o foro da cidade de Dois Irmãos do Buriti-MS, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias, os representantes das partes.

	Dois Irmãos do Buriti -MS, de	de _
WLADEMIR DE SOUZA VOLK	CONTRATADA	
Prefeito Municipal		
CONTRATANTE		

FRANCISCO HERCULANO DA SILVA

Fundo Municipal Meio Ambiente





Processo nº007
Fls: /35
Rub.:

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa	, inscrita n	io CNPJ/MF n°	, por
intermédio de seu representante legal o Si	r. (a)	, portador (a) d	la Carteira de
Identidade n° expedida	pela/	e de CPF n°	,
DECLARA , sob as sanções administrativa presente data, é considerada	s cabíveis e sob	as penas da lei, que est	a empresa, na
() MICROEMPRESA, conforme In	nciso I, art. 3° da	Lei Complementar n°	123/2006;
() EMPRESA DE PEQUENOPOR n° 123/12006.	TE, conforme i	nciso II, art. 3° da lei C	Complementar
DECLARA ainda que a empresa est do artigo 3° da Lei Complementar n° 123, o		-	parágrafo 4°
	•		
- MS,	đe	de .	

CARIMBO DE CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL